

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS - ANO VIII - Nº 66 - JULHO DE 2020

EDITORIAL

Aperta-se o cerco

Quando iniciamos esta edição, Abraham Weintraub ainda era ministro da Educação e seguia com seus ataques para todos os lados com disparates como uma MP que lhe permitiria nomear reitores. Ao fechamento, tal absurdo fora descartado, assim como próprio ministro, de longe a figura mais execrável a assumir a pasta. Na mesma semana, o Brasil passou de 1 milhão de casos de Covid-19. Avança a pandemia e com ela cresce a indignação e a frustração do povo brasileiro que pressiona, seja através de seus representantes eleitos, seja através de entidades sindicais como o Adufg-Sindicato, ou mesmo arriscando a própria vida em protestos de rua. Basta! Nesta edição, destacamos como docentes seguem se arriscando e se esforçando, exercendo papel fundamental no combate ao coronavírus frente à total inação do Governo Federal. Em nossas páginas, conversamos com a professora Cristiana Toscano, convidada para atuar junto à OMS. Entrevistamos o professor Thiago Rangel sobre o sofisticado modelo de previsão desenvolvido por um grupo de professores capaz de informar com precisão a dinâmica do contágio em Goiás e que pode informar gestores públicos sobre como agir. Também temos reportagens sobre a pesquisa que busca mapear o genoma do vírus e encerramos a edição com a trajetória da professora Claci Rosso, atual diretora da Faculdade de Enfermagem e que já completou vinte três anos de casa. Boa leitura!

Redação: (62) 3202-1280
jornaldoprofessor:adufg@gmail.com

CORONAVÍRUS

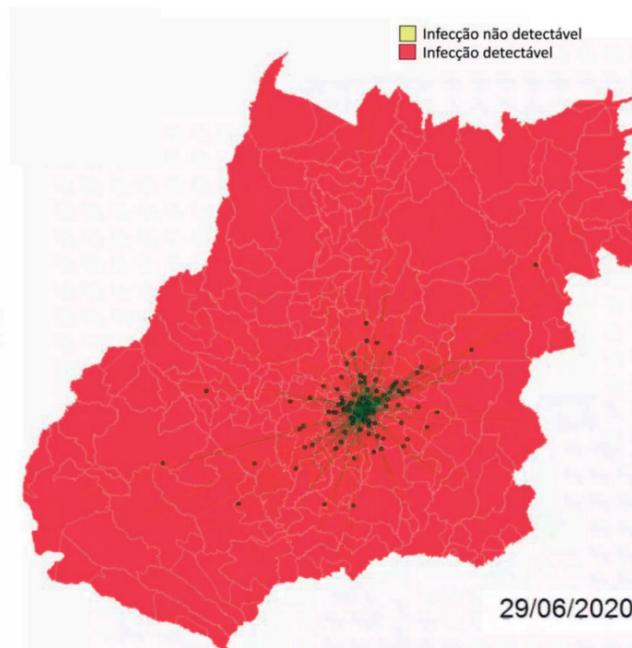
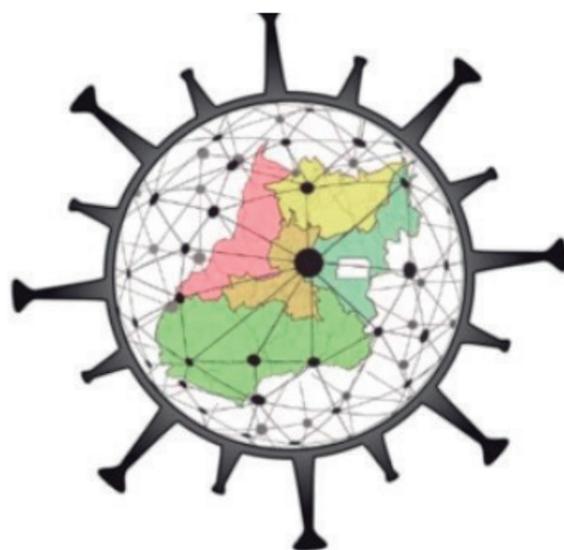


Foto: Diogo Fleury

MÉTRICA PARA O PLANEJAMENTO

Grupo de professores da UFG desenvolveu sistema sofisticado que permite prever a propagação do novo vírus

Páginas 8 e 9

TRAJETÓRIA:



Foto: Diogo Fleury

Professora Claci, da FEN, veio de Cascavel (PR) e após mais de duas décadas na UFG, se sente totalmente em casa

Página 16

OMS



Foto: Divulgação/Pedro Soares

Professora Cristiana Toscano é a única brasileira convidada para trabalhar na vacina da Covid-19

Página 7

POLÍTICA

Em entrevista, ex-ministro Aldo Rebelo critica o atual cenário imposto pelo governo

Página 10

REGIONAL GOIÁS

Docentes atuam para implementar coleta seletiva no município

Página 10

EAD

Discussão sobre ensino a distância avança durante a pandemia

Página 11

prestação de contas

Novembro de 2019

1 Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros		
1.1	Contribuição Filiados - Mensalidades	366.896,04
1.2	Ingressos, Eventos e Festas	2.467,00
1.3	Receita com Pró Labore Seguro de Vida	1.443,07
1.4	Receitas Financeiras	17.226,66
1.5	Outras Receitas	2.081,35
1.6	Resgate de aplicações financeiras	45.394,73
1.6.1	IRRF/IOF sobre Resgate de aplicações financeiras (-)	409,85
Total R\$		435.099,00

2 Custos e Despesas Operacionais		
2.1	Despesas com Pessoal	
2.1.1	Salários e Ordenados	17.023,64
2.1.2	Encargos Sociais	36.938,54
2.1.3	Seguro de Vida	817,93
2.1.4	Outras Despesas com Pessoal	5.095,78
2.1.5	Ginástica Laboral	649,00
2.1.6	Férias, 13º salário e Rescisões	17.012,16
2.1.7	PIS s/ Folha de Pagto.	874,93
Total R\$		78.411,98

2.2 Serviços Prestados por Terceiros		
2.2.1	Cessão de Uso de Software	2.256,40
2.2.2	Despesas com Correios	2.902,12
2.2.3	Energia Elétrica	5.483,04
2.2.4	Honorários Advocatícios	11.657,40
2.2.5	Honorários Contábeis	10.788,00
2.2.6	Locação de Equipamentos	400,00
2.2.7	Serviços Gráficos	19.329,00
2.2.8	Honorários de Auditoria	0,00
2.2.9	Tarifas Telefônicas e Internet	4.115,18
2.2.10	Hospedagem/manutenção/layout do site	857,97
2.2.11	Vigilância e Segurança	443,17
2.2.12	Comunicação/Rádio/TV/Jornal	21,23
2.2.13	Serviços de Informática	2.606,40
2.2.14	Outros Serviços de Terceiros	5.368,00
2.2.15	Água e Esgoto	751,03
Total R\$		66.978,94

2.3 Despesas Gerais		
2.3.1	Combustíveis e Lubrificantes	4.489,00
2.3.2	Despesas com Táxi	556,51
2.3.3	Despesas com Coral	3.961,11
2.3.4	Despesas com Grupo Travessia	5.242,95
2.3.5	Diárias de Viagens	10.639,60
2.3.6	Tarifas Bancárias	1.197,36
2.3.7	Lanches e Refeições	2.955,49
2.3.8	Quintart	6.496,49
2.3.9	Patrocínios e Doações	17.063,02
2.3.10	Manutenção de Veículos	530,00
2.3.11	Festa do Professor	3.800,00
2.3.12	Festa Final de Ano	38.808,40
2.3.13	Passagens Aéreas e Terrestres	425,65
2.3.14	Gêneros de Alimentação e Copa	2.185,84
2.3.15	Despesas com manutenção Sede Campestre	9.846,34
2.3.16	Hospedagens Hotéis	5.600,10
2.3.17	Material de expediente	953,14
2.3.18	Outras despesas diversas	1.649,91
2.3.19	Manutenção e Conservação	2.437,15
2.3.20	Homenagens e Condecorações	0,00
2.3.21	Despesas com Sede Adm. Jataí	3.148,99
2.3.22	Despesas com Sede Adm. Catalão	2.464,65
2.3.22	Despesas com cursos para aposentados	0,00
2.3.23	Cópias e autenticações	0,00
2.3.24	Sabadart/Festa do Professor Jataí	4.124,30
2.3.25	Evento "Mais Sindicato" - Catalão	0,00
2.3.26	Despesas com Manifestações	0,00
2.3.27	Encontro Nacional PROIFES-FEDERAÇÃO	0,00
2.3.28	Despesas com Espaço Saúde	840,80
2.3.29	Despesas com atividades do Espaço Cultural	700,01
2.3.30	Despesas com processos jurídicos	0,00
Total R\$		130.116,81

2.4 Despesas Tributárias		
2.4.1	IR sobre Folha de Pagto/Férias/Rescisões	3.543,49
2.4.2	Outras Despesas Tributárias	9.765,67
Total R\$		13.309,16

2.5 Repasse Fundo Social e Contribuições		
2.5.1	Repasse para C/C Fundo Social	0,00
2.5.2	CUT - Central Única dos Trabalhadores	0,00
2.5.3	Profes Federação	28.705,53
Total R\$		28.705,53

Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R\$		317.522,42
3	Resultado do exercício 11.2019 (1-2)	117.576,58

4 Atividades de Investimentos		
4.1	Imobilizado	
4.1.1	Construções e Edificações	134.600,56
4.1.2	Máquinas e Equipamentos	1.130,00
4.1.3	Veículos	0,00
4.1.4	Móveis e Utensílios	0,00
4.1.5	Computadores e Periféricos	657,98
4.1.6	Outras Imobilizações	0,00
Total R\$		136.388,54

4.2 Intangível		
4.2.1	Programas de Computador	4.239,90
4.2.2	Investimentos com Marcas e Patentes	0,00
Total R\$		4.239,90

4.3 Aplicações Financeiras		
4.3.1	Aplicação CDB	40,00
Total R\$		40,00

Total Geral dos Investimentos R\$		140.668,44
5	Resultado Geral do exercício 11.2019 (3-4)	-23.091,86

Os valores contidos nestes relatórios estão por Regime de Caixa. Regime de caixa é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.

**INFORME JURÍDICO**

Medida Provisória nº 873/2019: descontos em folha.

A Magistrada da 1ª Vara Federal da SJGO, manteve a liminar concedida quando do ajuizamento da ação coletiva e julgou procedente o pedido formulado pelo sindicato, para tornar definitivos os efeitos da tutela de urgência, para afastar os efeitos do art. 2º, "b" da Medida Provisória nº 873/2019, garantindo o direito de ver realizados os descontos das contribuições voluntárias dos servidores sindicalizados em folha de pagamento.

Para o Advogado Elias Menta, "tal decisão é uma importante resposta ao Governo Federal que, por meio de Medida Provisória, tentava violar a liberdade sindical, afrontando o princípio constitucional da liberdade de associação".

A decisão é de primeiro grau e ainda comporta recurso.

Justiça Reconhece a ilegalidade dos descontos do "auxílio-creche" ou "assistência pré-escolar".

A Magistrada da 1ª Vara Federal da SJGO, manteve a liminar concedida quando do ajuizamento da ação coletiva, ocasião em que tinha deferido o pedido de tutela de urgência, e determinado à Ré que se abstenha de efetuar descontos nas folhas de pagamento de todos os filiados ao Autor, a título de participação no custeio de "auxílio-creche" ou "assistência pré-escolar".

Neste julgamento final de primeira instância, os pedidos foram julgados procedentes, para reconhecer a inexigibilidade da parcela de custeio do auxílio pré-escolar pelo servidor público, estabelecida no art. 6º do Decreto nº 977/1993 e determinou que a Ré se abstenha de efetuar descontos nas folhas de pagamento de todos os servidores filiados ao sindicato a esse título, condenando a UFG a restituir os valores descontados a esse título dos servidores filiados ao sindicato a partir de 2 de novembro de 2013.

Para o Advogado Elias Menta, "a decisão demonstra a ilegalidade que vinha sendo perpetrada ao forçar um desconto que sequer possui previsão legal, reparando essa flagrante injustiça".

A decisão é de primeiro grau e ainda comporta recurso.



19ª Diretoria Executiva
Sindicato dos Docentes das
Universidades Federais de Goiás

Flávio Alves da Silva
Diretor Presidente

Walmirton Tadeu D' Alessandro
Diretor Vice-Presidente
e de Comunicação

Veridiana Maria Brianezi D. de Moura
Diretora-Secretária

Daniel Christino
Diretor de Promoções Sociais,
Culturais e Científicas

João Batista de Deus
Diretor Administrativo

Geovana Reis
Diretora de Assuntos Educacionais,
de Carreira e do Magistério Superior

Thyago Carvalho Marques
Diretor Financeiro

Ana Christina de Andrade Kratz
Diretora de Convênios e de
Assuntos Jurídicos

Abraão Garcia Gomes
Diretor de Assuntos de
Aposentadoria e Pensão

Luis Antônio Serrão Contim
Diretor para Assuntos Interinstitucionais

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS
DOCENTES DAS UNIVERSIDADES
FEDERAIS DE GOIÁS

ANO VIII - Nº 66

JULHO de 2020

Professor Juarez Ferraz de Maia
Idealizador do projeto

Cleomar Nogueira
Projeto gráfico original

Rafael Vaz
Editor responsável

José Abrão (JP 3331 GO)
Edição e reportagem

Luciana Porto (JP 3175 GO)
Reportagem

Revisão: Hélio Furtado do Amaral

Fotografias: Diogo Fleury

Diagramação: Thamires Vieira

Data de fechamento: 03/07/2020

Tiragem: 2.500 exemplares

Impressão: Stylo Gráfica

jornaldoprofessor.adufg@gmail.com

9ª Avenida, 193, Leste Vila Nova -
Goiânia - Goiás - (62) 3202-1280

Acompanhe nossas redes sociais:
@adufgsindicato

www.adufg.org.br



Luiz Mello *

IFG, IFGoiano, UEG e UFG: sobre raça e gênero de estudantes e docentes

Mulheres são maioria no Brasil (51,7%), em Goiás (50,9%) e em Goiânia (51,7%) e pessoas negras (pretas e pardas) também são maioria, ainda mais expressiva, no Brasil (56,6%), em Goiás (64,1%) e em Goiânia (57,4%), tanto entre homens quanto entre mulheres, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (PNADc/A), do IBGE, de 2018. Negras/os também são maioria entre estudantes de graduação (pouco mais de 50%), nas três instituições federais de ensino superior sediadas em nosso estado (Instituto Federal de Goiás - IFG; Instituto Federal Goiano - IFGoiano; e Universidade Federal de Goiás - UFG), bem como na Universidade Estadual de Goiás (UEG), conforme dados do Censo da Educação Superior de 2018, realizado pelo Inep/MEC. Mulheres também são maioria entre graduandas/os das duas universidades mencionadas e, no caso dos cursos dos dois institutos federais, correspondem a quase 50% das matrículas na graduação. Aqui vale lembrar que, nesse censo do Inep, as universidades federais de Catalão (UFCat) e a de Jataí (UFJ), criadas por lei em 2018, ainda foram consideradas como parte da UFG.

Embora o percentual de estudantes negras/os nas quatro instituições seja inferior ao total de pessoas negras no conjunto da população goiana e goianiense, pode surpreender a constatação de que o ensino superior, especialmente o oferecido por instituições públicas federais e estaduais, não é mais um universo restrito a pessoas brancas, majoritariamente do sexo masculino e de classes média e alta. Essa mudança de perfil decorre de vários fatores, mas sem dúvida está relacionada à existência de programas de ação afirmativa voltados a estimular a presença de pessoas negras nas instituições federais de ensino, nos termos da Lei nº 12.711, de 2012, conhecida como “Lei de Cotas”, bem como, especificamente no caso da UEG, da Lei nº 14.832, de 2004, uma das primeiras do Brasil a propor cotas para instituições estaduais de ensino superior. Vale registrar que tanto em nível federal quanto estadual as cotas não se restringem a estudantes negras/os, havendo vagas reservadas também para estudantes de escola pública, de famílias com baixa renda, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência e refugiadas/os.

Se pessoas negras passaram a representar uma proporção expressiva das/os estudantes de graduação das instituições públicas não só em Goiás, mas no Brasil como um todo, isso não significa dizer que as cotas já alcançaram seu objetivo de promoção da equidade racial, especialmente considerando que, em 2018, a proporção de jovens de 18 a 24 anos de idade, de cor/raça branca, que frequentava ou já havia concluído o ensino superior (36,1%), era quase o dobro da observada entre aqueles de cor/raça preta ou parda (18,3%), como mostra a mencionada PNADc/A 2018. Por outro lado, entre pessoas com 25 anos ou mais de idade, menos de 50% concluíram o ensino médio (49,5% das mulheres e 45% dos homens), proporção que alcança 55,8% das pessoas brancas e apenas 40,3% das negras, o que mostra uma diferença expressiva entre os dois grupos de cor/raça. Note-se ainda que para pessoas nessa mesma faixa etária (acima de 25 anos), o número médio de anos de estudos é de 10,3 para brancas/os e de 8,4 para negras/os.

Talvez essa seja uma das razões para que o perfil de cor/

raça das/os docentes das quatro instituições públicas que oferecem cursos de graduação em Goiás seja muito diferente do de suas/seus estudantes, como mostra o mencionado Censo da Educação Superior 2018. Primeiro, por haver um alto índice de subnotificação relativo à cor/raça, não se dispo de essa informação para 54,15% dos homens e 52,45% das mulheres docentes. Merece destaque específico a situação extrema do IFG, que não disponibiliza informação sobre cor/raça de 97,48% de seu corpo docente, enquanto no IFGoiano esse percentual é de apenas 12,55%. Vale aqui registrar que o Censo da Educação Superior do Inep não traz informações sobre cor/raça de técnico-administrativas/os das instituições de ensino, contemplando apenas os quesitos sexo e escolaridade para o conjunto desse segmento da comunidade acadêmica.

No tocante ao perfil de cor/raça propriamente dito, apenas 15,39% das/os docentes são negras/os, distribuídos praticamente de maneira idêntica entre homens e mulheres, sendo 2,64% pretas/os e 12,74% pardas/os. O total de docentes brancas/os corresponde a 30,18%, ou seja, o dobro do de negras/os. Entre as quatro instituições do estado, o IFGoiano é a que possui maior percentual de docentes negras/os, tanto entre mulheres (31,08%) quanto entre homens (28,88%). Especificamente no que diz respeito ao sexo/gênero das/dos docentes do conjunto das quatro instituições, há prevalência de homens (51,53%) - mais ostensivamente no caso do IFG (60,96%) -, à exceção da UEG, onde 55,13% das/os docentes são mulheres.

Nesse cenário, todos os indicadores sociais mostram que mulheres e pessoas negras, em particular mulheres negras, ocupam posições de subalternidade na sociedade brasileira, sendo possível quantificar e qualificar a natureza e o tamanho das desigualdades em praticamente todos os setores da vida social, a exemplo de mercado de trabalho, distribuição de renda e condições de moradia, educação, violência e representação política, como mostram os resultados da pesquisa “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil”, divulgados pelo IBGE, em 2019. Imprescindível, portanto, é que as instituições públicas de ensino superior, em Goiás e no Brasil, sejam espaços cada vez mais acolhedores para estudantes mulheres e negras/os, e que possam contar com um corpo docente muito mais diversificado em termos de cor/raça, em busca da equidade racial que orienta a formulação de políticas de ação afirmativa no Brasil.

Em tempos de pandemia de COVID-19 e de crise política generalizada, resta dizer que salta aos olhos como racismo, sexismo e desigualdade estruturais, no mundo e em particular no Brasil, mais uma vez produzem consequências nefastas para as vidas concretas de pessoas que pertencem a grupos sociais historicamente oprimidos e subalternizados, especialmente a partir dos marcadores identitários de cor/raça, gênero e classe social.

* Luiz Mello – *Professor Titular de Sociologia, da Faculdade de Ciências Sociais, e integrante do Ser-Tão, Núcleo de Ensino, Extensão e Pesquisa em Gênero e Sexualidade, da Universidade Federal de Goiás. Atualmente, desenvolve a pesquisa “Ações afirmativas e políticas antirracistas no Brasil contemporâneo”.*



**Salvio Juliano
Peixoto Farias***

A pandemia e os desafios para jornalistas

Quando o Brasil computou 50 mil mortos em decorrência da covid-19, reportagens em diversos veículos compararam esse triste quantitativo às perdas de vidas brasileiras na Guerra do Paraguai, tido como o pior e mais sangrento conflito armado ocorrido na América Latina. Em quatro meses, o coronavírus fez o mesmo número de vítimas que quatro anos de guerra. E o cenário é esse mesmo, o de uma guerra. E assim como num campo de batalha, jornalistas precisam estar muito próximos da linha de frente para cumprir seu ofício. Este texto trata disto: as dificuldades dos jornalistas brasileiros nesta pandemia.

Segundo Nelson Werneck Sodré, no clássico e caudaloso *História da Imprensa no Brasil, na Guerra do Paraguai*, ocorrida entre 1864 a 1870, jornalistas brasileiros ainda não iam a campo. As informações eram totalmente oficiais: apenas o Exército enviava boletins aos periódicos cariocas. Como se sabe, o trabalho dos jornalistas tem incomodado sobremaneira o “líder máximo” da Nação brasileira e seus seguidores mais ferrenhos, a ponto de termos ameaças e agressões a jornalistas como não víamos desde o período da Ditadura Militar. A culminância disso foi o abandono de diversos veículos da cobertura em frente à rampa do Palácio do Planalto.

Os desafios da imprensa brasileira na cobertura da crise sanitária decorrente da covid-19 são enormes e têm particularidades típicas de um país em que transparência é tema controverso por parte do Governo Federal. Além do risco de contágio, como ocorre a todos os profissionais que estão exercendo suas atividades fora de casa, há as dificuldades impostas por quem tem, na verdade, a obrigação de divulgar dados com transparência.

O Governo Federal esbravejou e disse que a imprensa só atrapalha – para não dizer que o presidente a chamou de “canalha”. O ministro Luiz Eduardo Ramos, da Secretaria de Governo, saiu em auxílio do presidente e criticou a mídia nacional pela cobertura sobre o novo coronavírus, dizendo que os veículos de comunicação levavam pânico à população, divulgando apenas fatos ruins relacionados à crise sanitária e deixando de noticiar ocorrências positivas.

Ora, talvez o ministro Ramos quisesse maquiagem o fato que o que leva pânico à população é a falta de liderança em momento de crise, a ausência de bom senso, a imensa energia dispensada com acontecimentos particulares e irrelevantes quando se tem uma pandemia correndo do lado de fora da porta de casa.

Presidente e seus pares também ignoraram que o direito à informação é básico, e se estende a todos os cidadãos. A Constituição brasileira trata do acesso à informação pública em seu Artigo 5º. Ou seja, apesar da obrigação do Ministério da Saúde em divulgar dados confiáveis sobre a pandemia, o que ocorreu foi o contrário. A fim de tentar melhorar sua tão desgastada imagem no enfrentamento à covid-19, o governo brasileiro decidiu por novo critério de seleção sobre o quantitativo de casos de transmissão de covid-19 e mortes em decorrência dessa doença.

Diante disso, alguns veículos jornalísticos se viram obrigados a criar um inédito consórcio para garantir a melhor apuração possível das estatísticas da pandemia em território nacional. O governo recuou na divulgação dos números, mas o consórcio segue levantando fatos por seus próprios meios para efeito de comparação.

Mas o acesso aos números é apenas uma das dificuldades dos jornalistas brasileiros nesse processo todo. Além de ter que rebater o governo, jornalistas ainda precisam gastar boa parte do tempo combatendo notícias falsas. O rol de fake news é imenso e engloba desde

as mais ingênuas, como tomar chá de alho ou prender a respiração por dez minutos a fim de checar que os pulmões estão saudáveis, às mais graves, como contrariar a Organização Mundial de Saúde (OMS) e garantir que um medicamento com efeitos colaterais fortes é eficaz no combate à doença.

O pesquisador Vinícius Carvalho da Silva, em artigo publicado no portal Observatório da Imprensa, em 16 de junho, afirmou que continuamos tão reféns de uma boa e efetiva comunicação científica quanto éramos há cinco anos, mas agora com a diferença que o cenário está muito mais deteriorado. Jamais precisamos tanto de um jornalismo que lute pela veracidade dos fatos.

Tratando da importância em se combater mentiras bem embaladas e divulgadas, Vinícius Carvalho atenta para outro ponto sensível na cobertura jornalística no Brasil e que veio à tona com a pandemia – o jornalismo científico. E aí entram três grandes desafios de nossa imprensa: (1) merecer a confiança e vencer o ceticismo dos especialistas na habilidade para divulgar suas pesquisas, (2) entender os mecanismos e as especificidades da linguagem e produção científica e (3) traduzir isso para leitores que, como se sabe, muitas vezes têm grandes dificuldades em compreender quaisquer conteúdos, mesmos os mais simples.

Em recente apresentação no Congresso da Andifes, a jornalista Sabine Righetti observou que a pandemia fez com que ciência se tornasse a principal pauta da mídia mundial. E isso representa um problema, pois poucos profissionais estavam realmente preparados para divulgar ciência com precisão, agilidade e qualidade desejadas. Nos cálculos da agência que ela representa, apenas uns 250 profissionais.

Coordenadora da Agência Bori, uma instituição especializada na divulgação de conteúdos científicos, Sabine afirma que a cada 60 minutos são publicados em torno de sete estudos sobre covid-19 no mundo. Ela lembra que traduzir um paper para o leitor comum pode ser tarefa árdua para jornalistas que são pressionados pelo deadline de suas redações.

Sem dúvida, esse cenário trouxe de volta o olhar da sociedade para as universidades, pois se a ciência se tornou a principal pauta, as universidades são as fontes preferenciais. Numa rápida mirada no *Jornal Nacional*, vemos que em apenas 10 minutos quatro universidades federais e a Fiocruz emprestaram seus docentes e pesquisadores para ajudar a desvendar e traduzir para os telespectadores os conteúdos das notícias.

A sociedade passou parte do tempo atacando a ciência e as universidades – que é o local onde se produz e discute ciência no Brasil. De repente, essa mesma sociedade precisa voltar todas as atenções para as universidades, pois é daí onde se espera uma possível saída para crise.

Jornalistas cobrem os fatos, vão às ruas e se expõem, cumprindo o ofício para o qual juraram e que está no primeiro artigo do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, que tem como base o direito fundamental do cidadão à informação, que abrange seu o direito de informar, de ser informado e de ter acesso à informação. Talvez fosse mais fácil fazer programas de amenidades, que nos distraíssem os sentidos. Mas aí não seria jornalismo. Seria programa de entretenimento, novela ou qualquer outra narrativa de ficção. Ou, conforme o tom, publicidade (que quase sempre é muito bonita e atraente).

*Salvio Juliano Peixoto Farias é professor de Jornalismo da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) e atualmente é secretário de Comunicação da UFG.

RESPINGOS

Notícias do movimento docente, da vida na UFG e de questões jurídicas sobre o magistério superior

Por Daniel Christino

Pérolas

Entre suas últimas pérolas, Weintraub afirmou em palestra ser preciso “mudar as regras da Nova República”. Ele definiu o regime político brasileiro como uma “estrutura montada pela esquerda, oligarcas e corruptos”. Segundo ele, a Constituição cidadã de 1988 criou “uma estrutura para levar o Brasil para um paraíso esquerdista. Ele também afirmou em depoimento à Polícia Federal que a “participação da China na pandemia do coronavírus não é mera ilação” e voltou a insistir que a “culpa” da pandemia é do país oriental.

Despedida

De saída, Weintraub revogou portaria que estipulava a reserva de vagas a negros, indígenas e pessoas com deficiência em programas de pós-graduação de instituições federais de ensino superior, em vigor desde 2016. Segundo a Folha, o ex-ministro ventilou internamente que foi um ato simbólico, último aceno para a ala ideológica do governo. Em reunião ministerial, além de defender prisão de ministros do STF, ele disse odiar o termo “povos indígenas”. A revogação já caiu.

Incompetência

Ainda de acordo com a Folha, cerca de 60% dos gastos realizados pelo MEC até abril deste ano são de compromissos assumidos no ano passado, mas que não haviam sido executados. O quadro revela acentuada ineficiência de gestão do ex-ministro: boa parte do dinheiro federal previsto para 2019 não chegou de fato às escolas ou a políticas públicas.

Comissão

O Adufg-Sindicato solicitou no início de junho participação nas comissões que tratem sobre a retomada das atividades acadêmicas de forma remota e presencial na Universidade Federal de Goiás (UFG). Um dos principais objetivos do pedido é garantir que os direitos dos professores sejam defendidos.

Voz

No ofício, o presidente do sindicato, professor Flávio Alves da Silva, destaca que a entidade tem legitimidade para defender os interesses individuais e coletivos dos docentes. O documento também pede que, além de participação, o Adufg tenha direito à voz no âmbito das comissões e grupos de trabalho.

Progressões

Atuação conjunta da Proifes-Federação e do Adufg junto ao senador Randolfé Rodrigues conseguiu garantir que progressões e promoções dos servidores públicos não serão afetadas pela Lei Complementar 173, de 27 de maio de 2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao coronavírus. A nova lei impôs restrições ao funcionalismo público como contrapartida para a ajuda financeira da União a estados e municípios.

Congelamento

Desta forma, suspenderam-se os reajustes salariais e novas contratações até o final de 2021. No entanto, conforme explicado em nota técnica

FOI TARDE

Abraham Weintraub deixou a pasta do Ministério da Educação sob pressão de inqueritos que o investigam por racismo, disseminação de notícias falsas e por incitar violência contra as instituições da República. É o sétimo ministro a abandonar o navio que vai a pique. Sua gestão foi marcada por muito falatório e pouca ação. Foi o ministro mais “tuiteiro” do governo, pouco falava de Educação: era dedicado principalmente a atacar e ofender opositores. Dos poucos projetos apresentados, nenhum andou. O mais infame deles, o Future-se, segue vivo no Congresso.

do Departamento de Carreiras e Desenvolvimento de Pessoas da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal, qualquer concessão derivada de determinação legal anterior à situação de calamidade pública, desde que não seja alcançada pelos demais incisos do Artigo 8º, podem ser implantadas, ainda que impliquem aumento de despesa com pessoal.

Impacto

O Instituto Unibanco e o Todos Pela Educação apresentou os primeiros dados do impacto fiscal da pandemia na educação, neste caso, na educação básica. O estudo estima que o conjunto das redes estaduais deve perder entre R\$ 9 e R\$ 28 bilhões em receitas tributárias vinculadas à manutenção e desenvolvimento do ensino este ano, a depender do cenário de crise econômica. Segundo a pesquisa, é fundamental o apoio da União, a otimização do uso de recursos nas secretarias de educação e a aprovação do novo Fundeb para evitar o colapso da rede pública.

Auxílio

O sindicato entregou em junho cestas de alimentos para a Secretaria Municipal de Assistência Social de Aparecida de Goiânia (Semas). Os mantimentos foram repassados para moradores do município que estão em situação de

vulnerabilidade, sobretudo em função da crise provocada pela pandemia do novo coronavírus.

Sucessão

Nomeado como novo ministro da Educação, o economista Carlos Decotelli caiu logo após assumir o cargo. Decotelli foi presidente do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) no ano passado e é oficial da reserva da Marinha. Ele caiu após serem reveladas diversas fraudes no seu currículo que tornaram sua permanência insustentável.

Fies

Os deputados aprovaram projeto que suspende o pagamento de parcelas do Fies (Fundo de Financiamento Estudantil) durante todo o estado de calamidade decretado pela pandemia. A ideia busca amortecer a dívida dos estudantes. A suspensão beneficia estudantes que estejam em dia com as parcelas ou que tenham, até a data de 20 de março, atrasos de, no máximo, 180 dias. A proposta proíbe que o estudante beneficiado pela medida seja incluso em cadastro de inadimplente.

Teste

A UFG realizou testes para detecção do coronavírus em servidores sintomáticos com apoio logístico do Adufg-Sindicato. Os testes foram realizados dentro do veículo em ambos os campi com horário agendado entre às 9h e às 16h. A iniciativa é piloto e poderá ser repetida em outros dias, conforme avaliação do trabalho e disponibilidade de testes. Os testes serão realizados pela Faculdade de Enfermagem (FEN), Faculdade de Farmácia (FF), Faculdade de Medicina (FM), Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública (IPTSP), Instituto de Ciências Biológicas (ICB), com apoio da Pró-reitoria de Extensão e Cultura da UFG.

Prevenção

Atendendo aos decretos do Governo de Goiás e das respectivas prefeituras, o Adufg-Sindicato suspendeu o atendimento presencial na sede administrativa, em Goiânia, e nas unidades de Catalão e Jataí. A medida vale por 14 dias. Todas as demandas dos professores estão sendo atendidas por e-mail ou telefone.

Dr. Angotti e o Sr. Olavo

O governo nomeou o médico Hélio Angotti Neto para o cargo de secretário de ciência, tecnologia e insumos estratégicos do Ministério da Saúde, área voltada ao monitoramento do resultado de estudos clínicos e inclusão de novos medicamentos no SUS. Nos últimos dias, a equipe de Pinheiro tem assumido a defesa da ampliação da oferta de cloroquina e hidroxicloroquina, remédios indicados para malária, sem evidências científicas de eficácia no combate à Covid-19. Nas redes sociais, o novo secretário se descreve como “cristão, pai de família, médico, gestor, escritor e pesquisador”. Apoiador do governo, ele costuma citar com frequência Olavo de Carvalho em suas redes sociais e tem livros publicados pela Monergismo, editora que, em seu site, afirma ter como objetivo publicar obras acadêmicas e populares que “exaltam o poder e glória de Deus”.

Fotos: Diogo Fleury



Estes filhotinhos nasceram na Sede Campestre do Adufg e estão em busca de um lar.



Essa aranha estava passeando no gramado do lado de fora da Faculdade de Artes Visuais (FAV) tranquilamente. Depois do susto, fizemos a foto.



Este registro foi feito na casa da professora Jane Sarques. Pra quem não conhece, se trata de uma belíssima flor de hibisco.

Projeto vai sequenciar genoma do novo coronavírus em Goiás

Pesquisa do Instituto de Ciências Biológicas vai auxiliar o governo na tomada de decisões sobre a pandemia da Covid-19 e subsidiar estudos para vacinas e tratamentos contra a doença



Foto: Diogo Fleury

Novo coronavírus sofre mutações ao se reproduzir nas células humanas, o que pode gerar variações da Covid-19 e dificuldade para desenvolver tratamento

Luciana Porto

Para o desenvolvimento de vacinas e drogas para tratamento de doenças, é fundamental saber qual é a diversidade genética do patógeno. No caso dos vírus, estudar os genomas possibilita ainda descobrir as suas rotas de transmissão, suas mutações e dispersão. Um projeto do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Goiás (ICB-UFG) está atuando no sequenciamento do genoma do novo coronavírus para conhecer quais tipos virais estão circulando em Goiás e, a partir disso, realizar tomadas de decisões mais assertivas no combate à Covid-19 no Estado. A pesquisa, liderada pela professora Mariana Pires de Campos Telles, está em fase de contratação com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg).

De acordo com Mariana, a ideia da pesquisa de recondicionamento do genoma do novo coronavírus surgiu no contexto de outras atividades que já vêm sendo realizadas por laboratórios do ICB e outras unidades acadêmicas. Ela comenta que, no momento em que a Fapeg abriu chamada emergencial para pesquisas relacionadas ao vírus, os grupos de pesquisa estavam mais envolvidos em testagens e diagnósticos de amostras. Com uma estrutura adequada fornecida por meio de

outros financiamentos anteriores, a docente conta que a equipe sentiu necessidade de, além de estudar o diagnóstico, pesquisar também sobre o sequenciamento do genoma viral do novo coronavírus. “É uma ação importante, pois ajuda na tomada de decisão e no mapeamento do tipo de variante do vírus que está circulando aqui em Goiás. Nós temos um laboratório estruturado e bolsistas ligados aos nossos projetos maiores que poderão dar suporte para realização dessa atividade de maneira mais rápida. Então a gente já tem a expertise e a estrutura”, explica Mariana.

Assunto bastante discutido na mídia desde o surgimento do novo coronavírus, o sequenciamento do genoma desse tipo viral já foi realizado diversas vezes por pesquisadores em todo o mundo. Entretanto, Mariana explica que o vírus pode sofrer mutações a cada vez que ele se reproduz, mudando a forma como ele se comporta e reage. “A dispersão vem de outros lugares do Brasil e do mundo, e a primeira pergunta, vamos dizer assim, é: quais tipos de variantes desse vírus estão circulando em Goiás? Porque dependendo disso, o vírus pode se comportar de forma diferente. E essas informações são necessárias para os estudos de vacina. Os pesquisadores que es-

tão trabalhando nessa área de produção, usa a informação de qual é ou são as variantes genéticas circulantes do novo coronavírus”, defende.

Mariana explica que o novo coronavírus tem o genoma composto por RNA, diferentemente de outras espécies virais que são formados por DNA. Para se reproduzir, o patógeno da Covid-19 entra na célula humana e usa essa maquinaria celular para replicar o seu genoma. Ele faz isso com muita eficiência porque tem um genoma bem pequeno. Segundo a cientista, toda vez que o vírus replica o genoma para formar outro vírus, esse etapa da cópia do genoma pode inserir uma mutação local. Como o ciclo de vida do vírus é muito rápido, ele replica milhares de vezes célula humana, acumulando essas mutações. “Isso pode ocorrer ainda de hospedeiro para outro hospedeiro, infectando mais pessoas e se espalhando cada vez mais, o que justifica o isolamento social.”

Assim que entrar em funcionamento, a pesquisa contará com o apoio de outros parceiros além da UFG. Mariana revela que laboratórios de testagens poderão fornecer as amostras positivas para o coronavírus para subsidiar as pesquisas do genoma. A docente explica que a ideia é usar amostras virais diversas,

como as oriundas de pessoas que tenham um histórico, por exemplo, de ter vindo ou tido contato de regiões diferentes no mundo, sintomáticos, assintomáticos e outros. “A ideia é compor um conjunto de amostras que seja representativo de diferentes origens para a gente conseguir pegar o máximo da diversidade genética do patógeno”, conta.

Sobre as expectativas para o estudo, Mariana pontua que há dois fatores a serem analisados. O primeiro é a importante contribuição e o retorno para a sociedade de informação que são fundamentais para as secretarias da saúde tanto municipal, quanto estadual. E o segundo é o legado que a pesquisa deixará na formação de recursos humanos qualificados, com o envolvimento de estudantes de pós-graduação, de pós-doutorandos e de pesquisadores da instituição. “Basicamente isso é contribuir com a sociedade em uma situação tão inusitada que a gente não estava preparado e esperando. É uma sensação muito boa a gente conseguir ajudar um pouquinho outras pessoas. Eu acho que é meio clichê, mas não custa reforçar que o nosso projeto é pesquisa básica, reforçando a importância da pesquisa básica para a gente conseguir fazer pesquisa aplicada.”

“Ser indicada pela OMS só foi possível com trabalho em equipe”, revela Cristiana Toscano

Docente e médica epidemiologista da UFG é a única representante brasileira que participa de grupo de trabalho e pesquisas para vacina contra o novo coronavírus

Luciana Porto

A professora do Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública da Universidade Federal de Goiás (IPTSP-UFG), Cristiana Toscano, foi indicada para compor o Grupo Estratégico Internacional de Experts em Vacinas e Vacinação (SAGE – Strategic Advisory Group of Experts for vaccines and vaccination) da Organização Mundial da Saúde (OMS). A médica epidemiologista é a única brasileira e representante da América Latina que integra a equipe formada por especialistas do mundo todo. Por telefone, o Jornal do Professor entrevistou a docente sobre essa indicação e o trabalho que será realizado pelo grupo no desenvolvimento da vacina contra o novo coronavírus.

JP: Como aconteceu a sua indicação para a OMS?

Cristiana: Na verdade, eu já trabalho nessa área, principalmente na área de imunizações em Saúde Pública, e na área de pesquisa para avaliação de impactos de vacinas, avaliação e modelos de programas de vacinação, estudos econômicos relacionados à imunização há 20 anos. Inicialmente, eu trabalhava em uma carreira internacional de Saúde Pública relacionada a imunizações, trabalhei na Organização Panamericana da Saúde (OPAS), para a Organização Mundial da Saúde (OMS) em diversos países, sediada em Brasília, em Washington e depois em Genebra. Isso antes de voltar para o Brasil e de prestar concurso e assumir como professora aqui na UFG. Em 2009, eu voltei para o Brasil. O meu marido é goiano, e a gente optou por vir para Goiás e, na sequência, por coincidência mesmo, por sorte, abriu concurso no Departamento de Saúde Coletiva no IPTSP e em 2010 eu assumi como professora do Instituto. Desde então, eu venho mantendo essas atividades como linha de pesquisa e a gente tem muitos trabalhos em colaboração internacional, com bastante projetos de pesquisa, bastante operacionais, sobretudo para gerar evidência para orientar políticas e estratégias de vacinação. Temos uma boa



Cristiana Toscano atua na área de imunizações em Saúde Pública e pesquisas há cerca de 20 anos

relação com o Ministério da Saúde e com o Programa Nacional de Imunização, a gente já teve vários projetos financiados e demandados por eles. Eu participo desde 2017 do comitê da Organização Panamericana da Saúde (OPAS), de experts em imunização na região das Américas. Desde 2016, eu participo do Grupo de Trabalho para vacina contra o Pneumococo, que é um grupo de trabalho específico do comitê FAGE da OMS. E mais recente, desde o ano passado, sou a representante do estado de Goiás junto à Sociedade Brasileira de Imunizações.

JP: Qual é a sua expectativa para uma vacina contra o novo coronavírus?

Cristiana: : Na verdade, estamos vivendo um momento sem precedente na história do desen-

volvimento de novas tecnologias, em particular de novas vacinas no mundo. Porque esse novo coronavírus é um vírus novo para os seres humanos e que foi identificado há menos de seis meses e é importante lembrar que geralmente uma vacina leva anos para ser desenvolvida, no passado até mesmo décadas. É um processo complexo, é um processo que envolve muita pesquisa, muita tecnologia, ensaios clínicos. E recentemente, com esse advento da pandemia nós vivemos, eu acho que um avanço sem precedentes, no sentido de termos tido um desenvolvimento muito rápido e uma ação muito rápida e concertada e articulada entre grupos de pesquisa internacionais. Avançamos muito, estamos avançando muito rapidamente, mas neste momento ainda é difícil responder quando teremos uma vacina. Nessa miríade de centenas

de vacinas candidatas, têm vacinas basicamente de quatro tipos diferentes, que são tecnologias de desenvolvimento de vacinas diferentes. Existem as vacinas virais, compostas por vírus atenuados ou inativados, elas usam a tecnologia convencional que várias vacinas no mundo já estão utilizando, por exemplo a vacina da influenza. Existem vacinas que usam o RNA ou o DNA. Existem vacinas de vetores virais. E existem vacinas chamadas proteicas, com subunidades proteicas ou partículas semelhantes ao vírus, que a gente chama de uma partícula de vírus like. Mas, para a vacina ser de fato disponibilizada ela implica em diversas etapas. Ela implica primeiro no desenvolvimento da vacina, depois de testá-la em laboratórios e em animais ela se mostrar eficiente do ponto de vista de desenvolver anticorpos, de ser segura, ela passa para a fase de estudo em humanos, que chama a fase clínica, e aí tem etapas sucessivas dos estudos em humanos, fase um, fase dois, fase três, que em última instância, com o número crescente de participantes, visa garantir que as determinadas vacinas sendo avaliadas sejam seguras, acima de tudo, e eficaz e que funciona para proteger contra a doença.

JP: Qual o seu sentimento em ser a única brasileira indicada para atuar nesse ramo com a OMS?

Cristiana: : é um sentimento de grande realização, satisfação e honra. Me sinto muito honrada em poder representar a nossa instituição, o nosso Estado, o nosso País e a América Latina. Eu gostaria de destacar que tudo isso só é possível graças à colaboração, porque nenhum pesquisador faz nada sozinho e que se eu estou hoje representando a nossa instituição nesse grupo de trabalho é porque eu sempre tive apoio. A gente precisa trabalhar não individualmente, mas em colaboração, em todas as fases: pesquisa, planejamento, implementação de medidas de saúde pública. A gente tem que pensar muito no outro sempre, como um grupo, não só olhando para nós mesmos.

Professores desenvolvem modelo de previsão estratégica da pandemia

Docentes do ICB e do IPTSP criaram modelo que se tornou referência nacional devido ao seu grau de sofisticação



Foto: Acervo Pessoal

Professor Thiago Rangel faz parte da equipe que criou o modelo



Foto: Acervo Pessoal

Professor Robert Bonifácio critica a descrença que o Governo Federal tem na ciência

José Abrão

Conforme a crise gerada pela pandemia do coronavírus estende-se, também estende-se o negacionismo e a inação do Governo Federal, especialmente do nosso maior mandatário, presidente Jair Bolsonaro, em relação aos impactos da crise sobre toda a população. Desta forma, entidades sindicais como o Adufg-Sindicato, movimentos sociais e outros grupos civis organizados estão assumindo o protagonismo de ações na linha de frente do combate, estudo e monitoramento da Covid-19.

O mesmo vale principalmente para os docentes que têm encabeçado pesquisas de ponta em critério emergencial para aplacar a crise. Um destes trabalhos mais importantes consiste em poder prever com precisão como o contágio da Covid-19 irá se propagar.

O professor do Instituto de Ciências Biológicas (ICB), Thiago Rangel, faz parte do Comitê de Operações Estratégicas formado

pelo governo do Estado de Goiás como resposta à pandemia para atuar junto ao Centro de Operações de Emergências (COE) da Secretaria de Estado de Saúde (SES). Atuam no COE diversas pessoas de áreas especializadas diferentes. O governo requisitou a participação de professores da UFG. Inicialmente ingressaram os professores João Bosco e Cristiana Toscano, ambos do Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública (IPTSP).

“Logo no início a professora Cristiana viu a importância de se criar um grupo de modelagem, para criar projeções. O governador também pediu isso ao reitor”, conta Rangel, “ela saiu à procura de professores, pesquisadores dentro da UFG com este tipo de competência” e foi assim que ele e o professor José Alexandre Felizola ingressaram no projeto. Desde então têm trabalhado nesta equipe de modelagem ele, o professor José Alexandre e a professora Cristiana.

Trata-se de um programa de computador sem interface gráfica. Os pesquisadores colocam nele todas as regras do funcionamento da pandemia, como a população de Goiás, cada um dos municípios, a população do município, a distribuição etária de cada município estimada pelo IBGE, e assim por diante.

“O primeiro caso de infectado foi lá em fevereiro. O que fazemos é usar o índice de isolamento social para determinar uma certa probabilidade de que um certo indivíduo infectado encontre um indivíduo suscetível”, explica Rangel, “quando índice de isolamento está baixo, como agora, estas transmissões acontecem de maneira mais rápida. Quando ele sobe, as transmissões acontecem de maneira mais lenta”.

Da mesma forma, uma vez infectado, o modelo gera as probabilidades de um indivíduo infectado em função da idade que ele tem de evoluir para um caso

sintomático e precisar de hospitalização. Essas probabilidades utilizam a série histórica de hospitalizados em Goiânia, fornecidos pela (SES). Ele também considera a probabilidade de um indivíduo que está em leito clínico evoluir para um caso grave e precisar de um leito de UTI, assim como a probabilidade desta pessoa com um quadro grave em UTI ir a óbito.

“Somos capazes de capturar a dinâmica da doença não só do ponto de vista do indivíduo, mas a dinâmica temporal da doença no município e no Estado”, afirma Rangel. O professor garante, sem sombra de dúvida, que “o modelo, comprova a eficiência do isolamento social como medida de prevenção da evolução da pandemia. Em abril, quando o isolamento social estava alto, foi como tirar o pé do acelerador. A pandemia ficou bem lenta em Goiás. Porém, a partir da segunda quinzena de abril, esse isolamento foi cada

vez mais reduzido e a velocidade da pandemia aumentou muito”. A certeza é garantida pelos dados de entrada no modelo. Na medida em que o isolamento foi perdido, o modelo foi acelerando na mesma velocidade e conseguiu capturar plenamente toda a tendência dos números de óbitos registrados em Goiás até hoje. “Nós acertamos exatamente o dia em que chegaríamos a 100 óbitos. Nenhum dia a curva de óbitos esteve fora da nossa margem de erro”, conta. Isso indica de que se a coisa continuar como está com a perda do isolamento social contínuo, “estamos caminhando em uma trajetória muito ruim”.

O pior cenário prevê em torno de 5500 óbitos em Goiás até 31 de julho se mantivermos como estamos. Até lá, mais de 34 mil pessoas no Estado precisarão ser hospitalizadas no total. Simultaneamente, são cerca de 500 leitos comuns na rede pública destinados à Covid-19 e 102 leitos de UTI. Com a curva dando saltos de crescimento, o colapso da infraestrutura é iminente.

“O que tenho para dizer aos leitores é que temos um modelo ultrassofisticado, certamente um dos mais sofisticados do Brasil, talvez do mundo, com uma capacidade de previsão da tendência quase perfeita. Ele funciona e podemos aprender com ele”, afirma Rangel. Ele destaca que o que já aprendemos é que o isolamento social funciona, é efetivo contra a doença, e que precisamos voltar urgente para um isolamento acima de 50%.

No aspecto científico, ele destaca o mérito da UFG e dos professores da rede pública de ensino superior no Estado que criaram um dos modelos mais

sofisticados do mundo mesmo após um ano de cortes sumários na pesquisa, nas bolsas estaduais e federais, e na Educação como um todo. “É um privilégio um Estado no Brasil ter talentos com a capacidade de construir um modelo com esta complexidade”, disse.

É fundamental destacar que esta resposta rápida só foi possível graças a anos e anos de investimento, algo que o governo não vê, mas que cobra na hora do aperto, mesmo desidratando instituições como Capes, CNPq e Fapeg sistematicamente nos últimos anos como um desperdício.

Isto prova a importância do investimento contínuo em pesquisa e educação. “Eu tive bolsa de graduação até a pós-graduação e não seria o cientista que sou sem esse suporte. Ponto final”, afirma, “nós fazemos parte de grupos de pesquisa com pós-doutorandos, doutorandos, mestrandos, alunos de iniciação científica que formam uma roda que girar permanentemente”.

Portanto, “cortar ou reduzir bolsas quebra esse fomento para a formação de recursos humanos. É jogar 50 anos de construção da ciência no país na lata de lixo”, resume, “o que a sociedade está podendo colher com as nossas projeções é fruto de um investimento caro. É caro formar pessoas. É caro manter uma universidade. É caro fazer ciência”.

Cenário político

As ações realizadas pelas universidades e entidades sindicais ganham protagonismo frente à inação generalizada dos governos, especialmente do Governo Federal. Desde o começo da crise, o presidente

Jair Bolsonaro fez uma série de declarações infelizes, desde chamar a pandemia de “gripezinha” a falar que a morte de mais de 40 mil brasileiros era “destino”. Além de não agir de forma alguma para impedir a propagação da doença, o governo atrapalha: o país segue sem ministro da saúde, dados chegaram a ser removidos do site do ministério. Além disso, o governo usa da crise como cortina de fumaça para dar continuidade aos seus ataques contra as universidades, o meio ambiente e contra grupos e movimentos sociais minoritários.

“Acredito que, desde o início, há tensão na coordenação federativa, causada, principalmente, pelo comportamento avesso de Bolsonaro em promover o isolamento social, medida considerada essencial para conter a propagação da pandemia da COVID-19”, avalia o cientista político e professor da Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Robert Bonifácio. Antes da pandemia, o país não mostrava recuperação econômica, um comportamento incomum, de baixo crescimento após o fim de uma recessão. Ciente de que a pandemia agravaria ainda mais esse quadro, Bolsonaro “tensionou para ignorar o isolamento social, a fim de conter maiores prejuízos econômicos. Tal leitura é convergente e, desse modo, mais um capítulo, de seu modus operandi, que é agir como candidato político e não como presidente da república”.

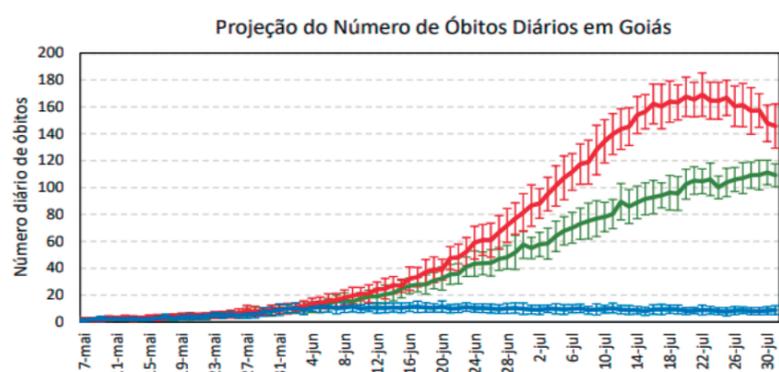
Para o professor, desde 2019 o olhar de Bolsonaro mira 2022. Além disso, é cômodo para ele ignorar o isolamento social “porque cabe a governadores e prefeitos operacio-

nalizar medidas de isolamento, caindo sobre os últimos as maiores responsabilidades por casos e mortes que venham a ocorrer”.

O que coloca tais governantes sob mais pressões e eles vêm cedendo, alavancando o contágio da doença. No estado de Goiás, o governador inicialmente tomou medidas firmes e condizentes com estudos técnicos para conter a propagação da pandemia, mas depois cedeu. “Como Caiado prometia um novo decreto semanas depois e insinuou, na imprensa, que voltaria atrás em alguns pontos da flexibilização, o fato de ele não ter editado novo decreto demonstra fraqueza política e indica para os atores políticos que é benéfico pressionar por cada vez mais flexibilização”, avalia. Por isso, o professor acredita que o ambiente político não se mostra propício ao retorno de medidas mais duras de isolamento social em Goiás.

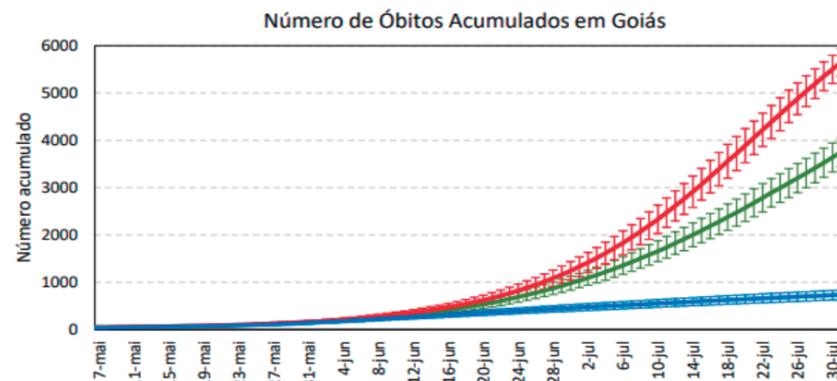
Para o cidadão, é negativo esse cenário de não cooperação federativa. “Primeiramente, isso tem impacto negativo no comportamento. Se o presidente diz para levar vida normal e o governador diz para ficar em casa, de quem devem ser as orientações a serem seguidas? No mais, no dia a dia da administração pública, há barreiras e lentidão, posto que há entendimentos dissonantes entre os entes federados sobre a forma de agir”, avalia. Sem contar as duas mudanças de ministro da Saúde e a atual condição interina do chefe do ministério, que também traz prejuízos de gestão. “O ideal seria haver um entendimento único e imperar a cooperação e não a competição, mas isso não acontecerá. O que o cidadão comum deve fazer é ficar em casa, caso isso lhe seja possível”.

Nota Técnica 3 – Atualização das Projeções até 31/07/2020
Grupo de Modelagem da Expansão da COVID-19 em Goiás



Projeções do número diário de óbitos por COVID-19 segundo os cenários verde, vermelho e azul. Barras verticais indicam margem de erro de 95%, calculada com base nas réplicas do modelo de simulação.

Nota Técnica 3 – Atualização das Projeções até 31/07/2020
Grupo de Modelagem da Expansão da COVID-19 em Goiás



Projeções de número acumulado de óbitos por COVID-19 segundo os cenários verde, vermelho e azul. Barras verticais indicam margem de erro de 95%, calculada com base nas réplicas do modelo de simulação.

Modelo prevê um alto índice de óbitos sem as medidas necessárias para conter o contágio

Aldo Rebelo sobre a Lava Jato: “A História ainda vai cobrar um preço que eles não imaginam”

Ex-ministro fala sobre o atual governo e as expectativas para o futuro

José Abrão

Durante o lançamento virtual do livro *Lawfare* em debate, promovido pelo Adufg-Sindicato, pela Faculdade de Direito e pela Proifes-Federação, o *Jornal do Professor* entrevistou Aldo Rebelo, que esteve à frente de diversos ministérios nas gestões dos ex-presidentes Lula e Dilma Rousseff. No seu currículo, também estão vários mandatos como deputado federal, além de ter sido presidente da Câmara dos Deputados. Durante a divulgação do livro, Rebelo participou de transmissão ao vivo em que debateu a Lava Jato e o Estado de direito no Brasil. Nesta entrevista, questionamos o ex-ministro e ex-deputado sobre isso, sobre a pandemia e o atual governo e o que nos espera em 2022.

Jornal do Professor: Como o senhor avalia a situação do Estado de direito hoje no Brasil? A gente se aproxima de um Estado de exceção?

Aldo Rebelo: Acho que não. Acredito que vivemos o Estado de direito e que não há ameaça ao Estado de direito no Brasil. Acho que a democracia no País suporta bem os solavancos a que está sendo submetida e não corremos nenhum risco. Vejo que há grupos que talvez tenham pesadelos com um governo de exceção, mas não há condições políticas para qualquer tipo de aventura que ponha em risco o Estado de direito.

JP: Como o senhor imagina o Brasil pós-pandemia?

Aldo Rebelo: O futuro não é muito promissor. Não estamos nos preparando para enfrentar a situação quando o país estiver saindo dessa crise. Não há planejamento, o presidente da República não se preocupa com

esta questão. Ele se preocupa em ficar fazendo devaneios ideológicos e discutindo a agenda dos costumes. E o futuro do país não é o horizonte com que ele se importa, muito menos o ministro da Economia, que acha que o mercado vai resolver tudo quando o mercado está dando demonstração de que nessa situação de crise ele não consegue resolver nada. Então, as forças sociais, políticas, econômicas, que têm responsabilidade com o futuro do país, têm que discutir esta agenda sem guardar muita expectativa de que o atual governo possa fazer nesse sentido.

JP: Qual papel os sindicatos e os professores podem exercer neste momento de crise?

Aldo Rebelo: Em primeiro lugar, criticar a orientação do atual ministro da Educação [então Abraham Weintraub, que caiu em data posterior à realização da entrevista]. Acho que o Brasil nunca teve um ministro da Educação de nível tão baixo quanto o que nós temos hoje. Quando fui presidente da UNE, os ministros da Educação eram pessoas de nível, você podia criticar o regime, a política educacional do governo, mas não podia deixar de reconhecer que pessoas como o Eduardo Portella, era um homem com atributos para exercer o cargo, o mesmo era a Esther de Figueiredo Ferraz, educadora respeitada. Mesmo o general Rubem Ludwig tinha uma postura muito diferente do atual ministro. É possível tecer uma crítica quanto ao comportamento desse ministro, defender a educação, ensi-



Foto: Divulgação

“A oposição não pode embarcar nessas ideias do governo, precisa tomar rumo”, diz Rebelo

no e pesquisa neste país, que vivem ameaçadas pela agenda desse governo e incorporar as energias de um movimento sindical com as energias de todos aqueles que defendem um Brasil que retome o desenvolvimento, reduza as desigualdades e defenda a democracia.

JP: O tema do livro que foi lançado é o *lawfare* e o caso mais emblemático no Brasil é a operação Lava Jato. O senhor fez parte dos governos petistas e viu os ataques da mídia de perto. Como o senhor vê a operação hoje?

Aldo Rebelo: A Lava Jato foi uma grande operação política que teve como base fatos infelizmente verdadeiros, que foram os casos de corrupção, mas tornou-se uma grande operação, em primeiro lugar, contra a política em geral, contra a democracia e as instituições. Em segundo lugar, para alcançar certas lideranças no país, principalmente o presidente Lula. Com processos construídos... Vivo há 40 anos em São Paulo, conheço de perto a realidade de São Paulo e todo mundo sempre soube que aquele sítio não pertence ao presidente Lula. Foi uma coisa criminosa. A História ainda vai cobrar caro dos responsáveis por estes processos, um preço que eles não imaginam. Está aí o juiz Sergio Moro, que fez tudo isso para virar ministro da Justiça do atual governo e depois ser exposto a uma situação como a que vive atualmente. Foi uma operação política, isto estava evidente para todo mundo, mas reuniu forças sociais, econômicas, da mídia, de parte importante do

empresariado, da classe média, de apoio, cujo resultado é uma tragédia para o país.

JP: E onde entra o atual presidente nisso tudo?

Aldo Rebelo: O atual presidente da República é uma personagem menor dessa tragédia. Ele é criatura e não criador. Os que criaram esta situação estão aí: este juiz que virou ministro, parte da mídia e setores do empresariado e partidos políticos que articularam toda essa operação para destruir a liderança do ex-presidente Lula. Foi isso o que aconteceu.

JP: Acredita que, em 2022, conseguiremos formar alguma chapa oposição significativa?

Aldo Rebelo: O governo passa por um processo de desgaste crescente. Em 2022 ninguém sabe bem o que vai restar de reputação, de autoridade, do atual governo. A oposição tem que olhar por cima. Não pode olhar para o casco do navio, tem que se olhar para a linha do horizonte durante a tempestade. Tem que procurar oferecer ao país um programa de ampla união de forças, em torno de objetivos generosos, de unificação para o país voltar a crescer, reduzir desigualdades. Esta é a tarefa da oposição e não alimentar a agenda do governo de dividir o país entre direita/esquerda, norte/sul, preto/branco. A oposição não pode embarcar nessas ideias do governo, precisa tomar rumo. Parte dela acha que pode haver o impeachment amanhã, outra parte acha que ter golpe. É preciso se decidir: ou o governo tá forte ao ponto de ameaçar um golpe ou está fraco a ponto de sofrer um impeachment, não tem como ser as duas coisas. A oposição precisa se orientar.

UFG amplia discussão sobre Ensino à Distância durante pandemia

Isolamento social está permitindo o amadurecimento das ferramentas digitais de comunicação e informação para a área da educação, porém, modalidade esbarra na falta de acesso dos alunos de baixa renda



Foto: Diogo Fleury

Com futuro incerto, ensino presencial pode ceder lugar ao EAD

Luciana Porto

O isolamento social causado pela pandemia do novo coronavírus trouxe à tona a fragilidade do sistema educacional à distância no País. Com escolas e universidades fechadas por tempo indeterminado, o desafio de manter o ensino por meio de ferramentas digitais de comunicação e informação esbarrou na dificuldade de acesso e falta de infraestrutura para alunos em situação de vulnerabilidade social. Uma pesquisa realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic) em maio deste ano revela que aproximadamente 30% dos lares no Brasil não têm acesso à internet. O estudo mostra, ainda, que existe um abismo entre as classes no País: enquanto nas famílias cuja renda é de até um salário mínimo, metade não consegue navegar na rede em casa, na classe A, apenas 1% não tem conexão.

Na Universidade Federal de Goiás (UFG), a realidade não é diferente. Pressionada para manter parte das atividades e aulas de forma remota, a instituição discute as possibilidades e alternativas acessíveis para que o ensino não seja prejudicado. De acordo com a diretora do Centro Integrado de Aprendizagem em Rede (Ciar), órgão responsável pela Educação a Distância na universidade, Marília de Goyaz, com a suspensão das aulas, a universidade organizou um Grupo de Trabalho composto pelo Ciar, pró-reitores, vice-reitoria, secretários, diretores de unidades acadêmicas e especialistas em

EAD. Essa equipe é responsável pela apresentação e discussão de propostas que possam contribuir com o atual cenário. “Apesar da crise, estamos muito preocupados com a qualidade do ensino que vai ser ofertado, não adianta fazer de qualquer jeito. Como uma universidade pública, a UFG tem uma presença de diversidade enorme de condições para as pessoas, tanto de alunos quanto professores. Então tudo está sendo feito com muito cuidado para que a gente mantenha a nossa qualidade com o uso de tecnologias”, explica Marília.

A diretora do Ciar conta que uma das precauções que estão sendo tomadas é a capacitação de professores e servidores para a didática do EAD. Segundo a docente, as técnicas de aula empregadas de forma presencial não são as mesmas utilizadas para o cenário digital, além disso, a maioria dos cursos da UFG foram pensados e programados para serem realizados 100% presencialmente. “Existe uma reflexão maior para compreender as dinâmicas do EAD que não se trata de reproduzir o que eu faço na minha aula presencial utilizando computadores, é muito mais complexo. Há uma complexidade enorme na modalidade à distância, exige equipes multidisciplinares para formar um disciplina, eu envolvo professor, o coordenador do curso, uma equipe de produção de materiais, uma equipe pedagógica de orientação a linguagem e dinâmicas em EAD, ou seja, é um trabalho co-

laborativo que exige uma reflexão e um conhecimento mais aprofundado”, pontua.

Pensando nisso, o Ciar está ofertando cursos para a formação de professores e servidores para atuarem com o EAD. Essa capacitação promove os conhecimentos essenciais para que os docentes possam atuar com o uso de tecnologias digitais de informação e comunicação na interação com aluno e na mediação do conhecimento. Segundo Marília, estão disponíveis 200 vagas semanalmente para o curso. “Nós formatamos dois modelos de cursos que são mais rápidos os que normalmente rotineiramente ofertamos, para atender essa demanda emergencial”, completa.

Embora o futuro pós-pandemia seja incerto, Marília aposta que a crise pode gerar bons frutos para o EAD na universidade. A diretora do Ciar comenta que a necessidade de utilizar ferramentas digitais na educação cresce exponencialmente, e que o distanciamento social comprovou a importância da modalidade, que ainda sofre com o preconceito. “Não temos previsões de quando poderemos retornar com atividades presenciais e assim quando voltarmos teremos uma série de cuidados em relação ao distanciamento social, então esse momento agora é rico para a inclusão digital, para apreensão dos conhecimentos relacionados ao uso das tecnologias para que lá na frente, nesse processo de transição, a gente

possa utilizar tanto a sala de aula física quanto a digital e assim garantir esse distanciamento necessário, garantir a segurança e saúde de todos os envolvidos. Então, apesar de que essa fase seja bastante problemática, está sendo uma oportunidade muito grande pra nós melhorarmos a nossa atuação com o uso de tecnologias digitais de informação e comunicação”, comemora.

Sobre cursos nascidos de dentro do EAD, atualmente existem dois tipos oferecidos pela UFG. Conforme explica Marília, há os cursos institucionais, que não dependem de programas educacionais do governo e são frutos da própria universidade, e há os cursos que são vinculados ao governo, sobretudo o programa Universidade Aberta do Brasil (UAB). Segundo a diretora do Ciar, a universidade enfrenta a falta de fomento para a criação e manutenção da modalidade. Os recursos são provenientes da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que publica editais de chamada de cursos e as instituições apresentam as suas propostas. “Já formamos mais de 11 mil alunos nesses cursos à distância, não só do programa UAB, mas de outras origens também. Formamos alunos em graduação, especialização e lá um pouco mais atrás tínhamos os cursos de extensão, que agora infelizmente não temos mais fomento de programas para eles.”

Povos indígenas no alvo do Governo Federal

Em meio à crise, ministros e parlamentares conservadores avançam propostas que ameaçam populações e demarcação de terras



Foto: Fabrício Veira

O professor Elias Nazareno questiona a ignorância dos ministros Ricardo Salles e Abraham Weintraub e chama as ações do Governo Federal de retrocessos

José Abrão

Em meio à crise do coronavírus e uma crescente crise institucional no Governo Federal, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, declarou em uma reunião ministerial que o governo deveria aproveitar a ocasião para “passar a boiada” em leis que envolvem os recursos naturais brasileiros e que afetam, diretamente, as populações indígenas. Na mesma reunião, o então ministro da Educação, Abraham Weintraub declarou que odeia o termo “povos indígenas”.

Em 2020, houve a nomeação por Bolsonaro do pastor e antropólogo Ricardo Lopes Dias para ser coordenador-geral de Proteção a Índios Isolados e de Recente Contato a Fundação Nacional do Índio (Funai). Apenas no final de maio sua nomeação foi suspensa pelo Ministério Público Federal. Corre no Supremo Tribunal Federal (STF) o Marco Temporal que defende que povos indígenas só podem reivindicar terras onde já estavam no dia 5 de outubro de 1988, efetivamente invalidando e suspendendo diversos processos posteriores e correntes de demarcação de terras. De acordo com a Funai, existem 235 terras indígenas à espera de regularização. Dessas, 117 estão em fase de estudo, 75 são declaradas (autorizadas para serem demarcadas) e 43, delimitadas (dependem de análise do Ministério da Justiça). Cerca de 500 áreas aguardam reconhecimento.

E há a pandemia de Covid-19. Segundo o professor da Faculdade de História (FH) e do Curso de Educação Intercultural Indígena da UFG, Elias Nazareno, “o que está acontecendo agora, como os demais campos da vida brasileira, seja política, econômica, social ou cultural, é mais um absurdo. Historicamente o Estado brasileiro, através de suas forças de segurança, dá um tratamento para indígenas que é discriminatório, punitivo”.

O professor explica que “muda quem está no governo, mas a ação do Estado é a mesma. Em geral os indígenas são tratados como uma espécie de apêndice da sociedade brasileira”. O Curso de Educação Intercultural foi afetado. Elias conta que que receberam uma comissão do MEC da nova administração composta por militares de carreira. “O discurso deles era que educação não era pra ‘ideologizar’. O que eles queriam é que a formação indígena seguisse no mesmo diapasão que eles pensavam para o resto da educação brasileira”, disse. Isso significa uma formação muito mais voltada para a produção de mão de obra e sem levar em consideração particulares e especificidades. Somado a isso, houve cortes substanciais desde o governo Temer, afetando programas como o Saberes Indígenas na Escola e o Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (PROLIND).

“Isso garantia que as nossas turmas desde 2007 tivessem um financiamento do início ao fim do curso. A UFG entrava muito mais com estrutura do que com recursos. A partir de 2018, as turmas já não recebem esse financiamento”, explica Nazareno.

Para Nazareno, as declarações de Weintraub e projetos como o Marco Temporal batem de frente com a Constituição. “Ele atua contra a Constituição ao falar que odeia o termo povos indígenas. Está no Artigo 210 que aos povos indígenas está assegurado o direito de terem uma educação diferenciada com processos próprios de aprendizagem. É a primeira Constituição que reconhece que o Brasil é pluriétnico e plurilíngue. Ele é, no pior sentido do termo, um ignorante, que não sabe do que está falando”.

Covid-19 e resistência

Até o dia 25 de maio pelos dados da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), já eram 131 mortes e 1140 indígenas contaminados, com uma taxa de letalidade de 11,4%, enquanto a taxa geral está em 6,3%. Enquanto o maior mandatário do país esconde dados e fala em gripezinha e destino, os povos indígenas se articularam para preservar a própria saúde.

Pessoas como o presidente Bolsonaro e seus ministros estão tão enredados pelo pensamento hegemônico que sequer cogitam algo simples:

não existe índio. “Isso é uma palavra criada pelos brancos. Existem populações indígenas que hoje são mais de 300 e que já foram mais de 1300 e cada uma tem sua maneira diferente de tratar com a realidade. Isto poderia ser visto como uma oportunidade pelo Estado e a sociedade brasileira porque é uma riqueza muito grande de conhecimento”, afirma Nazareno, “inclusive para lidar com epidemias”.

Ele defende que a pergunta deveria ser ao contrário. “Ao invés de ‘por que nós queremos tanto que eles virem a gente’, deveria ser ‘por que eles se recusam há 520 anos a viver como nós?’. O Ailton Krenak diz: não quero distribuir pelo mundo pegadas que nunca mais vão deixar de existir. Os brancos têm uma ideia de que, por onde nós passamos, a natureza precisa ser dominada, usada para o desenvolvimento econômico”.

“Como eles resistem há tanto tempo? É por que são preguiçosos?”, questiona ironicamente o professor. Ao longo de 520 anos de resistência e perseguição, os povos indígenas desenvolveram diversas estratégias que deveríamos adotar em escala nacional para lidar com a pandemia.

“Nosso curso é presencial e duas vezes por ano vamos às terras indígenas. Este ano não podemos ir porque eles estabeleceram estratégias de fechamento das comunidades, de se isolar para evitar o contágio”, conta o professor.

Conjunto de professores da UFG, UEG e IFG atuam para implementação da coleta seletiva na Cidade de Goiás

Docentes compõem o Coletivo Recicla Goiás e trabalharam para criar a cooperativa de catadores no município



Foto: João Dorneles

Cooperativa de trabalhadores foi organizada e criada com apoio dos participantes do coletivo

José Abrão

A Cidade de Goiás pasará a ter coleta seletiva. Isto é resultado do trabalho do Coletivo Recicla Goiás, composto por docentes da Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Estadual de Goiás (UEG) e Instituto Federal de Goiás (IFG) além de diversos técnicos-administrativos e alunos das três instituições que atuam desde meados de 2018 junto à prefeitura da cidade e com os catadores de material reciclável do município.

Também constituem o coletivo os Frades Dominicanos, Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Goiás (SINDGOIÁS), ESSÁ Filmes, Silmoê Filmes, Hamza Studio e pessoas da sociedade civil.

Entre as por volta de trinta pessoas diretamente envolvidas estão Jaqueline Vilas Boas Talga do curso de Administração da UFG-Regional Goiás e Tiago Camarinha, do curso de Economia da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (FACE/UFG). Eles contam que o coletivo começou com o objetivo de implementar a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12305/2010) na antiga capital do Estado.

Esta Lei prevê que os lixões sejam fechados e que a coleta seletiva seja aplicada em

todas as cidades brasileiras. Os docentes relatam que embora isto esteja encaminhado na região metropolitana da capital, ainda está em estágio inicial no interior do Estado.

Da parte da UFG, eles relatam que a iniciativa também contou com a experiência de mais de uma década da Incubadora Social da UFG. Da mesma forma, o programa Crisálida, coordenado pelo discente de economia Marcos Antônio da Silva, somou com sua trajetória em Aparecida de Goiânia (GO). “A incubação de empreendimentos econômicos solidários ajuda a desenvolver empresas que têm um perfil de inclusão social, de combate à pobreza e à desigualdade”, explicam Talga e Camarinha.

“Fizemos o reconhecimento desta área e vivências para conhecer as pessoas que estavam trabalhando no lixão, coletando material para revenda na indústria da reciclagem”, continua a professora, “são pessoas em condição de exclusão e desproteção socioeconômica muito intensa”.

Inicialmente foi feita a identificação desses trabalhadores, seguida por diversas reuniões com eles. A Secretaria de Meio Ambiente do município foi então acionada e depois outras secretarias e vereadores se juntaram

ao projeto que passou a contar com adesão formal da prefeitura após audiência pública na câmara de vereadores em dezembro de 2019. A união faz a força e agora toda comunidade coleta dois frutos: a implementação da coleta seletiva e a fundação e consolidação da cooperativa de catadores.

A professora descreve o processo: “haverá um caminho separado que vai passar nos bairros e coletar o material que pode ser reciclado. O material será levado até os catadores organizados na cooperativa que estamos batalhando para formalizar e eles vão fazer a separação desse material e fazer a venda para a reciclagem”.

Este é um projeto multidisciplinar com pessoas das áreas da antropologia, da administração, da geografia, cinema, advocacia, arte visual, psicologia, engenharia ambiental, sociologia, jornalismo, história, turismo entre outras. Não foi um processo fácil, com dificuldades tanto por parte da prefeitura quanto no acolhimento e formação dos trabalhadores. “É uma categoria de trabalhadores muito marginalizada embora seja bastante heterogênea. Você tem pessoas em situação de extrema pobreza; pessoas com famílias desestruturadas; pessoas com dependên-

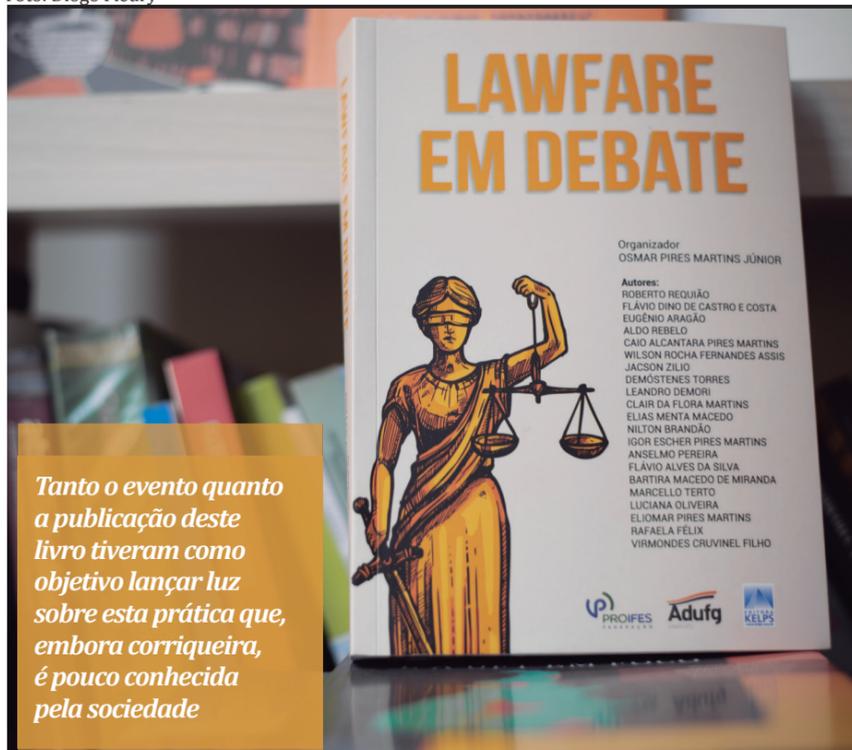
cia química”, conta Camarinha.

Desta forma é necessário muito tato e cuidado. O primeiro passo é informar que o lixão será fechado em algum momento e explicar o motivo. “A reação sempre é de resistência porque estas pessoas já foram excluídas do mundo do trabalho formal e encontraram o lixão como único lugar para tirar seu ganha-pão. Aí chega alguém e diz que vai ser fechado”, conta Talga.

No processo, o diálogo evoluiu para a formação da cooperativa, constituída em assembleia realizada e organizada pelos próprios trabalhadores. Esforço guiado com alguns objetivos em mente: se o lixão tem que fechar essas pessoas precisam de outro espaço em que elas possam continuar fazendo esse trabalho valiosíssimo de separação do material, conforme a Lei dos resíduos sólidos.

“A cooperativa é um empreendimento econômico e nós trabalhamos na perspectiva da economia solidária. O objetivo dessa empresa não é gerar lucro, é promover a inclusão social, produtiva, cultural e cidadã desses trabalhadores”, explica Camarinha, “o sucesso dela será obtido quando percebermos que estas pessoas estão trabalhando em um ambiente seguro, gerando sua renda, e se inserindo socialmente em questão de saúde, educação, habitação”.

Foto: Diogo Fleury



Tanto o evento quanto a publicação deste livro tiveram como objetivo lançar luz sobre esta prática que, embora corriqueira, é pouco conhecida pela sociedade

O Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato) lançou no dia 22 de maio o livro *Lawfare em Debate*. A obra é resultado do trabalho de organização e editoração das exposições e discussões realizadas durante o painel sobre o *Lawfare*, realizado em 2019, por meio de parceria entre Adufg, Faculdade de Direito da UFG e Proifes-Federação. Por causa da pandemia do novo coronavírus (Covid-19), o lançamento foi realizado por meio de live no Facebook (@adufgsindicato).

Para valorizar o lançamento, o Adufg realizou ao longo da semana cinco transmissões ao vivo com debatedores e temas variados, como o ex-senador Demóstenes Torres, o professor Elias Rassi Neto, o vereador Anselmo Pereira, o ex-ministro Aldo Rebelo, assessor jurídico do Adufg, Eliomar Pires e o procurador do Ministério Público Federal, Wilson Rocha.

“O livro é muito rico e atual porque representa a teoria confrontada com a prática de agentes sociais no cotidiano enfrentando o problema do uso estratégico do direito”, explica o organizador do projeto, Osmar Pires. Segundo ele, há uma guerra jurídica pós-moderna que articula diversas formas de perseguição e acusação contra os agentes sociais que trabalham pela democratização da sociedade. “Dessa forma, a publicação contribuiu no processo de amadurecimento e de avanço da sociedade para

um mundo melhor”, afirma.

De acordo com Eliomar Pires, o livro conseguiu unir intelectuais que conhecem o tema com a realidade da universidade, dos professores e da situação dos servidores públicos como um todo. “O livro precisa ser estudado, sobretudo pelos juristas que têm preocupação social. É importante conhecer o tema porque ele dita o rumo do mundo e a crise da democracia”, analisa.

Para o Demóstenes Torres, a prática do *lawfare*, que é o uso indevido dos recursos jurídicos para fins de perseguição política, é corrente e passa despercebida pelo cidadão comum. “Acho que muita gente entende a atuação do Judiciário, Ministério Público e Legislativo como algo absolutamente isento. Mas, na realidade, muitas vezes, as atitudes que são tomadas guardam uma consonância com uma ideologia”, afirma. Torres também comenta sobre a Operação Lava Jato, que, para muitos, se tornou o principal exemplo da prática de *lawfare* no Brasil. “O início foi como um grande movimento de combate à corrupção. Só que, à medida que as coisas evoluíram, foi verificado que procuradores, o juiz Sérgio Moura e outros magistrados atuavam mais para ter um resultado político e popular do que para efetivamente praticar a Justiça”, declara.

O ex-senador elogiou a iniciativa do Adufg em lançar o livro. “É uma publicação espetacular. Os participantes são de primeiro nível, a exemplo do admirável

Lawfare: Adufg publica livro sobre o uso indevido da Justiça para perseguição política

Publicação é fruto de evento realizado em 2019 em parceria com a Proifes-Federação e a Faculdade de Direito da UFG

professor Eugênio Aragão e tantos outros”. Segundo ele, o livro confere ainda mais importância ao painel sobre *lawfare*, realizado no ano passado. “Tornará a discussão duradoura. Sem sombra de dúvidas, vai contribuir para a discussão do tema no Brasil”, conclui.

Para o procurador Wilson Rocha, é preciso fazer uma avaliação mais profunda para encontrar a correlação entre Lava Jato com o desmonte das políticas públicas da área de saúde. “Vamos precisar fazer uma explanação que alcance a operação com a ascensão do governo Bolsonaro. Em determinado campo político, isso é evidente, mas precisamos tratar de uma forma mais ampla que seja compreensível para a sociedade”, avalia.

Universidade

O ambiente universitário não é estranho ao uso indevido dos recursos jurídicos para fins de perseguições políticas. Esta ação no meio do ensino superior também foi pauta de debate. “Quando isso ocorre contra qualquer universidade, os prejuízos para a comunidade acadêmica são enormes”, afirmou o presidente do Adufg-Sindicato, Flávio Alves da Silva. Para presidente da Proifes-Federação, Nilton Brandão, o Governo Federal nos últimos anos passou a “interpretar a comunidade acadêmica como inimiga. A partir daí, a universidade passou a sofrer uma série de ataques e os reitores quase perderam sua autonomia”, disse.

Durante o debate, foram discutidos os ataques constantes às universidades por parte do Governo Federal. Foi destacado que, na maioria das vezes, são acompanhados por fake news. “O ex ministro da Educação chegou a dizer que existiam plantações de maconha nas universidades. Mas a comunidade acadêmica respondeu à altura e mostrou sua importância na sociedade com suas realizações, como pesquisas e soluções para os mais diversos problemas, inclusive com ações de combate à pandemia do novo coronavírus”, ressaltou o reitor da UFG.

A presidente da Apub, Raquel Nery, também falou sobre a disseminação de notícias falsas. “A máquina de fake news é milionária, criminosa e funciona mundo bem. É algo que precisa ser barrado de alguma maneira”, ressaltou. Ela enfatizou, ainda, sua preocupação com o aprofundamento da exclusão social por conta da pandemia do novo coronavírus (Covid-19). “Como defensores da educação, temos condições de dar uma resposta qualificada. Temos que fazer uma cobrança porque as universidades cumpriram um papel muito interessante com suas expansões e interiorizações. Muitas pessoas foram incluídas e, agora, penso que elas podem enfrentar a situação de exclusão”, ressaltou.

Lawfare em debate

Osmar Pires Martins Júnior (org.)
Editora Kelps/ 490 páginas



Diretoria inaugura usina que deve gerar R\$ 8 mil de economia por mês

O Adufg-Sindicato inaugurou em sua Sede Campestre um sistema de geração de energia solar fotovoltaica. A inauguração foi realizada no início de junho. A energia gerada é suficiente para atender à demanda de todas as unidades consumidoras do sindicato em Goiânia, Jataí e Catalão. Ela é o resultado de um investimento de R\$ 300 mil, que devem ser recuperados em três anos, já

que a economia gerada por meio do novo sistema é de R\$ 8 mil mensais. A Sede Campestre também recebeu um novo transformador e toda a linha de distribuição de energia foi readequada. O presidente do Adufg-Sindicato, professor Flávio Alves da Silva, destacou que, além de gerar economia, a iniciativa contribui para a preservação do meio ambiente. “É uma fonte renovável e constante que

Adufg-Sindicato inaugura sistema de energia solar fotovoltaica

não causa prejuízos para a natureza. Ela não depende de uma grande área de instalação, seus resíduos são eliminados para que não haja poluição ambiental e, assim, podemos evitar também o desmatamento e outros impactos negativos”. Para o diretor financeiro do Adufg, professor Thyago Carvalho Marques, a iniciativa demonstra que o sindicato cumpre seu papel com responsabilidade. “É

uma ação que mostra, mais uma vez, a responsabilidade do Adufg com os recursos financeiros”, ressaltou. Também participaram da inauguração os diretores Veridiana Maria Brianezi (diretora-secretária), Abraão Garcia Gomes (Assuntos de Aposentadoria), Luís Antônio Serrão Contim (Assuntos Interinstitucionais) e Ana Cristina de Andrade Kratz (Convênios e Assuntos Jurídicos).

Adufg-Sindicato firma convênio com laboratórios para exames de detecção do novo coronavírus

O sindicato firmou convênio com dois laboratórios privados para que filiados e dependentes façam exames sorológicos para o diagnóstico do novo coronavírus (Covid-19). O pagamento deve ser feito diretamente ao laboratório escolhido mediante apresentação de comprovante de filiação ao Adufg. Os exames podem ser feitos nos laboratórios Padrão e Núcleo. Segundo o presidente do Adufg-Sindicato, professor Flávio Alves da Silva, a medida

foi tomada para garantir a redução do contágio do novo vírus e garantir mais segurança para a saúde dos docentes e seus familiares. “É um momento atípico causado pela pandemia. Estamos atentos para ajudar o máximo que podemos. Esse convênio vai ajudar a diagnosticar novos casos e evitar que a doença seja ainda mais disseminada”, afirma. Confira em nosso site os tipos de exames disponíveis e os valores para cada um.

Laces/UFMG já fez 1,5 mil testes para diagnosticar Covid-19

O Laboratório de Análises Clínicas e Ensino em Saúde, vinculado ao Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Goiás (Laces/ICB/UFMG), realizou 1.500 análises para o diagnóstico de covid-19 entre 9 de abril e 16 de junho de 2020. Com a elevação da curva de contágio, tem havido também o aumento da demanda por exames e, somente em junho, foram feitos 900 testes. O Laces tem 97 pessoas em sua equipe, sendo 16 servidores e 81 discentes. O Laces tem capacidade para ampliar o atendimento para 200 testes/dia, mas para isso é necessário receber

insumos e os kits para testes. Há uma campanha de arrecadação de recursos feita em conjunto com a Fundação de Apoio à Pesquisa da UFG (Funape). As doações serão utilizadas para comprar reagentes para disponibilizar o diagnóstico ao maior número de pessoas possível. Os insumos necessários para fazer o diagnóstico são reagentes, material químico, kit para diagnóstico e kit para coleta de material. Nesta fase, o Laces vai fazer 100 testes por dia. A expectativa é que a rede de laboratórios venha a fazer 350 exames ao dia. Confira as informações de como doar em nosso site.

Filme de professora da UFG é selecionado para festival de cinema francês

O longa Sem Retorno da professora Rosa Berardo, da Faculdade de Artes Visuais (FAV/UFMG), foi selecionado para o Festival de Cinema Brasileiro de Paris 2020. Este ano o festival foi realizado remotamente entre os dias 3 e 24 de junho através da plataforma online Jangada-Vod. O filme foi gravado em 2018 na Cidade de Goiás e finalizado no ano passado com uma equipe majoritariamente goiana, composta inclusive pelos alunos da FAV Gustavo Saboya (direção de arte), Isadora Arraes e Eduardo Brito (direção de figu-

rino) e Júlio Vann (assistente de direção). O festival existe há 22 anos e é tradicional na agenda de cinema da capital francesa. “Para nós é uma honra estarmos nessa seleção e levar os nomes da FAV, da UFG e de Goiás para a França e toda a Europa. Em um momento tão difícil para todos os artistas brasileiros, essa notícia nos conforta e reanima”, declarou a professora. O filme conta a história de Pedro, um vendedor de aspiradores de pó, que tenta desesperadamente pagar suas contas através da venda do produto.



Longa Sem Retorno da professora Rosa Berardo foi filmado em 2018 e conta com diversos alunos da FAV na equipe

Uma carreira que estava no destino

Vinda de uma família de professores, a professora Claci Rosso até tentou trilhar outro caminho, mas a paixão pela docência foi mais forte

José Abrão

A atual diretora da Faculdade de Enfermagem (FEN), professora Claci Fátima Weirich Rosso, é docente da UFG há 23 anos e já havia iniciado sua carreira nas salas de aula antes disso. Só que este não era o plano: o objetivo original era não ser professora. “Minha família tem muitos professores. Eu sempre disse que eu não queria ser professora”, relembra. Tentou outras profissões. Primeiro, fez vestibular para Ciências Biológicas e começou o curso, mas percebeu que naturalmente ia cair na sala de aula. Então foi pra Enfermagem para ser uma profissional liberal, atuar em estabelecimentos de saúde. “Mas às vezes a gente não escapa do destino: a docência estava no meu caminho. Não que eu não gostasse dela, mas achava que era uma profissão com muitos desafios”, conta.

Ela acompanhava as histórias da família. Via a luta. Via as dificuldades, o pouco reconhecimento. Mas com o destino não se briga.

Nascida no Rio Grande do Sul, mas criada em Cascavel (PR), Claci se graduou como enfermeira na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, mesma instituição em que começou a lecionar primeiro como substituta, depois como efetiva por cinco anos antes de se mudar para Goiás, em 1997. Veio para cá com toda a família: o marido agrônomo que tinha negócios na região e mais três filhas. “Já estou goiana totalmente. Gosto muito daqui. Acho a região Centro-Oeste uma região progressista que abre muitas portas e que tem mais perspectivas de crescimento no país”, conta, e afirma, inclusive, que ama o calor.

“Agradeço muito ao Estado de Goiás e à UFG, pois tive muitas oportunidades de crescer profissionalmente aqui, de desenvolver trabalhos importantes”.

Ainda no Paraná já começou a atuar na área da saúde pública e como sanitária. Então veio o convite para a docência e por um tempo os dois caminhos seguiram lado a lado. “Fui ser docente e comecei a me apaixonar cada vez mais. Vi que tinha aptidão, que tinha uma boa relação com os alunos”. Em Goiânia ela chegou e assumiu como substituta antes



A professora Claci está à frente da FEN há três anos, mas há mais de uma década trilha um caminho que reuniu a gestão com a pesquisa, o ensino e a extensão

Foto: Diogo Fleury

para assumir como pró-reitora adjunta de Extensão e Cultura. Somado aos anos posteriores na diretoria da FEN, são praticamente 12 anos seguidos como gestora em alguma capacidade.

Fazer parte da reitoria “foi maravilhoso, foi uma experiência que eu gostei muito. Sempre falo para os colegas: enquanto estamos apenas na unidade acadêmica, nós não temos noção do que é a universidade”, conta, “quando você vai pra gestão superior, você amplia seus horizontes, você começa a conhecer o que é esse universo. As discussões, as diferentes áreas, as dificuldades, a força que a universidade tem. Foram anos de grande aprendizagem”.

Embora tenha tentado conciliar tudo sempre, ela conta que acaba tendo que abrir mão um pouquinho às vezes. “Na diretoria eu me afastei do ensino, mas não totalmente, continuo como professora da pós-graduação com orientandos de mestrado e de doutorado. Até o ano passado eu ainda tinha carga horária na graduação”, afirma, mas que “se eu tiver que escolher, digo que minha grande paixão é a graduação. Não que não tenha paixão pela pós-graduação, professor gosta desses desafios. Eu me sinto muito motivada quando os alunos estão chegando, que você está formando um profissional e eles chegam muito abertos para as novidades”.

Como diretora, ela afirma estar se dedicando mais para a renovação e ampliação da infraestrutura da faculdade além de desenvolver e conduzir grandes projetos de pesquisa, como o Tenda de Triagem do Covid-19 UFG. “Estou na coordenação desse projeto que envolve ensino, pesquisa e extensão. Ele é financiado pelo MEC. Ele atende os trabalhadores de saúde e de segurança pública que estão sintomáticos. Temos entre eles muitos professores e estudantes nossos”.

Por ora “eu só quero terminar bem a minha gestão, que termina em janeiro de 2022. Tudo o que eu faço eu quero fazer o meu melhor”, planeja, “poder terminar a gestão dizendo que me dediquei integralmente e que fiz o melhor pela FEN é o que eu preciso fazer agora”.

de passar no concurso em 1998. “Estudei muito para passar nesse concurso, e assumi imediatamente a vaga na área da saúde pública. Na época não era pedido formação em nível de mestrado. Então fiz mestrado e doutorado já como professora”, lembra.

O mestrado foi em Medicina Tropical, feito no Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública (IPTSP), e o doutorado veio logo em seguida em Ciências da Saúde, feito na Universidade de Brasília (UnB). A docente conta que foi muito bom fazer a pós-graduação “fora de casa”, porque “ampliou muito meu horizonte na área da saúde. Convivi com profissionais de todas as áreas. Eram discussões multidisciplinares, interdisciplinares, que me deu a possibilidade de realmente conhecer e pensar em propostas que fossem mais coletivas e que tinham muito a ver com o que eu já fazia dentro da

minha profissão”.

E tanto mestrado quanto doutorado foram feitos sem licença e com três filhas em casa. “Foi bastante desafiador. Mas quando a gente é mais jovem a gente tem mais energia, a gente aceita melhor os desafios. São muito motivadores”. Ela admite que conciliar tudo foi um pouco estressante, mas nada que “me fizesse pensar que era muito pra mim, que estava muito cansada, que não ia conseguir. Pelo contrário”.

Docente e pós-graduada, embarcou na pesquisa, principalmente de base populacional. Foi quando teve o primeiro gosto da gestão, ao assumir a coordenação da pós-graduação em saúde coletiva, então o primeiro mestrado nessa área na região Centro-Oeste. Foi vice-coordenadora por dois anos e coordenadora mais dois anos. Quando isso passou, foi convidada pelo professor Orlando Amaral